
O uso da narrativa e de recursos ficcionais na escrita histórica: uma discussão

*Márcia Janete Espig**

Resumo: No campo dos estudos históricos, assistimos hoje a um debate referente a uma possível utilização de formas ficcionais para escrever história. Alguns autores sugerem aos historiadores que utilizem recursos estilísticos mais elaborados; outros recordam as peculiaridades da disciplina histórica e sua intenção de produzir um conhecimento verdadeiro. Em nosso artigo, objetivamos contextualizar e resumir esta discussão.

Abstract: Nowadays, in the field of the historical studies, we watched to a discussion about the possible use of fictional forms to write history. Some authors suggest the historians to use more elaborated stylistic resources, while others remember the peculiarities of the historical discipline and its intention of producing a true knowledge. This article intends to contextualize and summarize this discussion.

Palavras-chave: narrativa, escrita histórica, historiografia.

Key words: narrative, historical writing, historiography.

A história é, hoje, uma disciplina em permanente debate. Sejam seus métodos, técnicas, problemas e objetos e até mesmo seu estatuto científico. Não há como escapar do grande número de discussões relativas ao trabalho historiográfico nos dias atuais. A existência de uma presumível “crise” nas ciências humanas gerou e continua gerando muitas publicações, alimentando debates acalorados. Para alguns historiadores, este é um momento privilegiado, visto que enseja discussões profundas acerca do ofício historiográfico. Outros, entretanto, viram as costas às novas abordagens, delas percebendo apenas seu caráter transitório, qualificando-as inflexivelmente como meras “modas” passageiras e superficiais.

* Mestre e Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professora no Departamento de História e Geografia da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e na Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). *E-mail:* marcia.espig@terra.com.br

Neste contexto é que assistimos a um significativo avanço das pesquisas em torno de temas relativos à cultura individual e coletiva do passado. Reunindo-se sob o suporte teórico oriundo da chamada Nova História Cultural, tendência historiográfica de inspiração principalmente, mas não exclusivamente francesa, os historiadores culturais vêm mostrando-se sensíveis a questões até então insuficientemente trabalhadas em seu meio. Imaginários, representações, sensibilidades, ritos, crenças populares, folclore, enfim, a subjetividade do agente histórico surge com força total. Histórias antes tomadas como imutáveis e marginais para o processo histórico, como a história das mulheres, da família, da doença, do cotidiano, da vida privada, apenas para citar alguns, despertam hoje o interesse dos pesquisadores.

Temas como esses, relativamente recentes, colocam-se aos historiadores principalmente através da influência de algumas disciplinas. Muito embora os historiadores tenham utilizado, desde muito tempo, os recursos teóricos e metodológicos de outras ciências, as chamadas “disciplinas auxiliares” – tais como a filosofia, a geografia, a sociologia, e a paleografia – algumas parcerias relativamente inovadoras vêm sendo adotadas nos últimos anos. Destacam-se, nesse processo, a antropologia e a crítica literária.

O recurso à antropologia, conquanto tenha crescido recentemente, não pode ser descrito, *lato sensu*, como uma grande novidade, visto que mesmo Marc Bloch e Lucien Febvre, considerados os “pais fundadores” da escola dos *Annales*, fizeram leituras na área e a utilizaram em seus trabalhos. (BURKE, 1991, p. 94). Peter Burke entende que a chamada “viragem antropológica” recente pode ser descrita, com mais exatidão, como uma mudança em direção à antropologia cultural ou simbólica. Atraídos por nomes como Erving Goffman, Victor Turner, Pierre Bourdieu e Michel de Certeau, historiadores de mentalidades, cultura popular e vida cotidiana das décadas de 70 e 80 muito aprenderam sob sua influência. (BURKE, 1991, p. 94).

Já a utilização da teoria literária, pode-se afirmar, é uma característica mais recente dos estudos históricos, sobre a qual vêm se estabelecendo acirradíssimas discussões. Lloyd S. Kramer, autor de importante artigo que a analisa, entende que

de fato, o único traço verdadeiramente distintivo da nova abordagem cultural da história é a abrangente influência da crítica literária recente, que tem ensinado os historiadores a reconhecer o papel ativo da linguagem, dos textos e das estruturas narrativas na criação e descrição da realidade histórica. (1992, p. 131-132).

É possível, entretanto, que essa reflexão não tenha recebido, por parte dos historiadores, a atenção merecida. Isto porque seus desdobramentos, que abrangem um questionamento ao próprio estatuto científico da disciplina histórica, causam grande desconforto entre boa parte destes profissionais.

O questionamento sobre as formas escritas assumidas pelas obras de história, entretanto, é de grande importância. Mesmo que inconscientemente, o historiador desenvolve formas próprias de expressão escrita, que poderão aproximar-se de formas literárias ou narrativas. Esta questão diz respeito ao historiador e seu ofício, referindo-se às formas de composição escrita que pode vir a adotar.

O historiador e a narrativa histórica

Há séculos o historiador vem escrevendo história. Motivado quer pela eterna busca da verdade, quer simplesmente pelo desejo de elaborar uma narrativa que agrade e satisfaça o seu leitor, muitas têm sido as formas pelas quais se concebe o trabalho historiográfico.

O século XIX certamente foi um marco neste processo. Em seu transcorrer, a historiografia conheceu uma profissionalização significativa, impulsionada especialmente pelos historiadores positivistas, entre os quais sobressai a figura de Leopold von Ranke. Preocupados sobretudo com a cientificidade da disciplina histórica, os positivistas orientavam-se para a precisão factual e para rigorosos princípios do método histórico, dentre os quais destacava-se a busca da verdade. Sob sua acepção, caberia ao historiador contar a história da forma como realmente aconteceu, através de uma narrativa o mais objetiva possível. Apenas assim poder-se-ia distinguir a história da ficção, da fantasia e da mistificação. Nesse sentido, era importante estabelecer uma distinção entre letras e ciência. Como afirma Nelson Schapochnik,

a dissociação entre história e literatura convertia-se em um postulado necessário para justificar a autonomização do discurso histórico do campo das belas-letas e a sua radicação no âmbito das práticas científicas, legitimando o lugar do historiador profissional, das instituições que o acolhiam e da crença na possibilidade de apresentar o passado “tal como ele se sucedeu”. (1996, p. 170).

A separação entre história e literatura era, portanto, necessária ao historiador que pretendesse escrever uma história científica – e era assim que a história deveria ser então. Este pressuposto passou a definir também a forma escrita pela qual estes profissionais passaram a se expressar. Rebuscamentos literários que pudessem, por um lado, tornar a leitura mais agradável, poderiam, por outro, afetar o texto em sua principal qualidade – a objetividade – e portanto passaram a ser preteridos em favor da cientificidade. A forma de escrever história consagrada neste século XIX destacava-se pela predominância da descrição dos acontecimentos em detrimento de uma análise mais profunda. Esta forma ficou conhecida como história narrativa, ou, como a denominaram os franceses, *histoire événementielle*.

E foi justamente entre os historiadores franceses, nas décadas iniciais do século XX, que começou a delinear-se uma reação contra esta forma de conceber e de escrever a história. Arregimentados em torno da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929, os historiadores *annalistes* propunham novas diretrizes para o fazer histórico. Uma das mais importantes, pela qual os primeiros representantes desta escola muito se bateram, foi justamente a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. (BURKE, 1991, p. 12). Com isto, propunha-se que a história narrativa, centrada nos acontecimentos e fundamentalmente política, fosse preterida em favor de uma história analítica, voltada para as estruturas fundamentais das sociedades, visando a contemplar a história de todas as atividades humanas.

Esta crítica, porém, acabou gerando um grande descaso com relação aos eventos, que passaram a ser encarados como “a superfície do oceano da história” (de acordo com analogia empregada por Fernand Braudel), significativos apenas por aquilo que podiam revelar das correntes mais profundas, ou seja, das estruturas. (BURKE, 1992, p. 328). A história descritiva ou narrativa era desconsiderada e rejeitada pelos *annalistes* de maneira pejorativa, devido à sua desatenção com aspectos penetrantes da história e pelo destaque conferido aos acontecimentos. Segundo François Hartog, o repúdio do acontecimento e do indivíduo em benefício dos grupos sociais e do fato social total significava, aos olhos dos historiadores, o abandono definitivo da história narrativa e de todos os seus inconvenientes. (HARTOG, 1998, p. 195).

Esta nova aceção do fazer historiográfico tornou-se dominante na França por volta de 1945, tomando conta da academia. Durante os

anos 60, o “espírito dos anais” conheceu rápido crescimento, e a revista que o representava passa a intitular-se *Annales; Économies, Sociétés, Civilisation*, tornando ainda mais vasto seu campo de interesses. Após 1968, alguns jovens historiadores como André Burguière, Jacques Revel e Jacques Le Goff foram gradativamente assumindo a administração dos *Annales*. Esta nova geração passou a ser associada à expressão *La nouvelle histoire*, título de uma obra coletiva que veio a público no ano de 1978 sob a direção de Le Goff e que apresentava, através de vários ensaios, os principais domínios ou conceitos da chamada Nova História. Embora seja uma tarefa complexa traçar o perfil deste grupo, visto que se pode mesmo falar em uma certa fragmentação de temas e métodos (BURKE, 1991, p. 79), é notável a persistência do rechaço à *histoire événementielle*, associada ao positivismo e à história narrativa.

No interior de outras escolas, notadamente da historiografia marxista, a rejeição à narrativa acontecia de forma semelhante. Para os marxistas, especialmente entre os ingleses, a história narrativa era associada freqüentemente a uma história não científica, de caráter idealista, que fugiria de uma elaboração teórico-conceitual. (CARDOSO JÚNIOR, 1996, p. 184). Sendo assim, também entre eles a utilização de formas ditas narrativas era considerada nociva ao trabalho histórico, visto que prejudicava seu próprio estatuto científico.

Foi no final dos anos 70 que os historiadores viram-se defrontados com um debate em torno de um pretense “retorno” da narrativa. Através das páginas da revista marxista inglesa *Past and Present*, o historiador Lawrence Stone chamava a atenção de seus pares para aquilo que diagnosticou como um retorno vigoroso da história descritiva, pouco atenta a análises amplas e estruturais. (STONE, 1986).

Stone argumentava que a narrativa é um modo de escrever história que afeta e ao mesmo tempo é afetado pelo conteúdo e pelo método; daí a importância da discussão a que deu início. O autor acreditava que um certo desencanto dos historiadores com explicações monocausais e com modelos macro acabou levando-os a novas perguntas, antes excluídas pela metodologia estrutural. Relacionando o ressurgimento da narrativa sobretudo à Nova História e a seu interesse pelas mentalidades, Stone afirmava que

atualmente são cada vez mais os “novos historiadores” que se esforçam para descobrir o que ocorria dentro das mentes dos homens do passado, e como era viver nele, perguntas que inevitavelmente conduzem de volta ao uso da narrativa. (STONE, 1986, p. 107).

O interesse pelas mentalidades, segundo Stone, estimulou o regresso a velhas formas de escrever história, e significou mesmo “[...] o término do intento de produzir uma explicação coerente e científica sobre as transformações do passado”. (STONE, 1986, p. 115).

Mas teria a velha história narrativa, a única considerada realmente científica pelos positivistas, acabado com o próprio estatuto científico que tanto defendiam?

Certamente que não. O artigo de Stone produziu um grande número de críticas e discussões. Seu principal interlocutor neste debate, Eric Hobsbawm, não acreditava que a maioria dos historiadores citados por Stone tivessem abandonado o esforço por produções coerentes. A presente extensão do campo histórico, corretamente diagnosticada por Stone, não representaria, segundo Hobsbawm, um conflito com uma explicação coerente do passado.

A Nova História viria complementar, e não suplantar, a análise das estruturas e das tendências socioeconômicas. Afirma este autor:

Não há nada de novo em preferir olhar o mundo por meio de um microscópio em lugar de um telescópio. Na medida em que aceitemos que estamos estudando o mesmo cosmo, a escolha entre micro e macrocosmos é uma questão de selecionar a técnica apropriada. É significativo que atualmente mais historiadores achem útil o microscópio, mas isso não significa necessariamente que rejeitem os telescópios como antiquados. (HOBSBAWM, 1998, p. 206).

Hobsbawm considerava que o diagnóstico feito por Stone não havia sido adequado em vários pontos, visto que estabelecia uma completa oposição entre a análise estrutural e a narrativa. Mesmo Stone reconhecia, ao final de seu artigo, a inadequação do termo “narrativa” para exprimir as inúmeras mudanças que percebia para o trabalho historiográfico. (STONE, 1986, p. 120). Ele definiu a narrativa da seguinte forma:

[...] a organização de certo material segundo uma seqüência ordenada cronologicamente e com a disposição do conteúdo dentro de um relato único e coerente, mesmo que haja a possibilidade de encontrar vertentes secundárias dentro da trama. A história narrativa difere da história estrutural de duas maneiras: sua ordenação é descritiva antes que analítica, e concede prioridade ao homem por sobre as circunstâncias. (STONE, 1986, p. 95).

Porém o próprio Stone reconhecia importantes diferenças entre os historiadores atuais, seduzidos pela história narrativa, e os historiadores narrativos tradicionais. Para os novos historiadores, admitia Stone, a análise é tão essencial para a metodologia quanto a descrição, fato que os distingue fundamentalmente dos narrativos tradicionais. Além disto, a descrição dos acontecimentos não os percebe como um fim em si, mas sim como eventos que podem iluminar toda uma cultura e uma sociedade do passado. (STONE, 1986, p. 114).

A confusão estava semeada, especialmente a nível conceitual. O que seria exatamente esta “história narrativa”, e que traços a distinguiriam de uma história não narrativa? Alguns tratamentos conceituais, como o de Stone, mostraram-se pouco precisos para determinar os limites desta. Jacques Le Goff, um dos principais, senão o principal divulgador da Nova História, emitiu a respeito uma opinião clara. Embora admitindo que o acontecimento podia surgir como um elemento revelador das estruturas mais profundas da sociedade, ele continuou o combate contra a superficial *histoire événementielle*, seguindo a linha deixada por Bloch e Febvre. Afirma Le Goff, de forma contundente:

[...] a história narrativa é, a meu ver, um cadáver que não se deve ressuscitar, porque seria preciso matá-lo outra vez. Essa história-narrativa dissimula, inclusive de si mesma, opções ideológicas e procedimentos metodológicos que, pelo contrário, devem ser claramente enunciados. (LE GOFF, 1993, p. 7).

Parece claro que a concepção de Le Goff da atual história narrativa a associa àquela praticada pelos positivistas do século XIX.

Alguns comentaristas revelaram uma maior preocupação com a própria definição do que seria a narrativa histórica. Hartog acredita que a história moderna renunciou a esta sem a devida problematização do termo. A interrogação sobre a narrativa enquanto tal é bastante recente, e vem demonstrando, segundo o autor, que seria preferível falar-se em “eclipse” em lugar de “abandono” da narrativa. “Renunciar à história-narrativa, quer dizer, à história *événementielle* era deixar de lado não a narrativa, mas simplesmente uma forma particular de narrativa”. (HARTOG, 1998, p. 200).

Roger Chartier, valendo-se de considerações do filósofo Paul Ricoeur, considera que a história, concebida enquanto “articulação de um enredo de ações representadas”, é sempre uma narrativa. (CHARTIER, 1994, p. 103). O corte entre a história quantificada, estrutural, e a fábula é,

segundo ele, ilusório, visto que a história continua sendo construída a partir de fórmulas que governam a produção das narrativas. Neste sentido, Chartier entende que o debate em torno do “retorno à narrativa” é um debate mal-colocado, uma vez que a verdadeira mudança ocorrida é a preferência dada a algumas formas de narrativa. (CHARTIER, 1994, p. 103).

Tal explicação, entretanto, não satisfaz a todos. Peter Burke, por exemplo, acredita que a afirmação de Ricoeur de que toda a história escrita assume algum tipo de forma narrativa acaba por diluir o conceito de narrativa até o ponto em que este fica indistinguível da descrição e da análise. (BURKE, 1992, p. 328). De qualquer forma, Burke acredita que a separação artificial entre narrativa e análise apenas vem empobrecer o trabalho historiográfico, visto que se perde o potencial histórico de integração entre os dois conceitos. Ele sugere também que devemos nos esforçar para questionar a relação entre acontecimentos e estruturas, buscando uma síntese entre ambas as acepções. (BURKE, 1992, p. 334).

Sendo a história uma narrativa, torna-se importante indagar quais são as propriedades específicas da narrativa histórica em relação às demais, refletindo ainda sobre as formas de escrita utilizadas pelos historiadores. Considerando que a forma de redação escolhida atinge o próprio conteúdo, tais questões revestem-se de grande importância no interior de uma disciplina que se pretende científica, e acabaram por levar alguns historiadores a buscar auxílio junto à crítica literária.

Tal é o caso de autores como Hayden White e Dominik La Capra. Oriundos da chamada história intelectual, ambos preocupam-se com o questionamento das fronteiras que separam a história da filosofia e a da literatura, contestando algumas tendências recentes da historiografia e focalizando o papel decisivo da linguagem. (KRAMER, 1992, p. 134). Segundo acreditam, a história permanece hoje imersa em paradigmas científicos e literários pertencentes ao século XIX e já devidamente superados pela literatura e pela ciência. Caso a história se abrisse para *insights* oriundos tanto da arte quanto da literatura, estaria rompendo com os tabus até hoje impostos ao pensamento e à imaginação do historiador.

Segundo Hayden White, os historiadores deveriam reconhecer o grau em que seu próprio discurso “se sobrepõe, se assemelha ou se corresponde” ao discurso do escritor imaginativo. (WHITE, 1994a, p. 137). Este autor acredita que, caso os víssemos apenas como artefatos verbais, as histórias e os romances seriam indistinguíveis entre si, pois ambas as formas escritas desejam apresentar uma imagem verbal da

realidade. Embora o romancista possa empregar amiúde técnicas figurativas indiretas geralmente repudiadas pelo historiador, a imagem da realidade que constrói não é menos “real” do que a experiência referida pelo historiador. Tanto a história quanto o romance desejam estabelecer uma correspondência com a experiência humana do mundo. Conclui o crítico: “Neste sentido, a história não é menos uma forma de ficção do que o romance é uma forma de representação histórica”. (WHITE, 1994a, p. 138).

A diferenciação entre história e romance, entre “verdade” e “ficção”, tem sido, como vimos, um dos pilares da historiografia desde o século XIX. Neste sentido, as afirmações de White vieram causar um grande mal-estar entre a maioria dos historiadores. Considerando o caráter basicamente textual da história e o questionamento da objetividade do conhecimento histórico, questões aceitas atualmente pela maior parte da comunidade historiográfica, White acredita que o reconhecimento da existência de estruturas ficcionais no trabalho histórico proporcionaria uma discussão salutar.

Toda disciplina é constituída por um conjunto de restrições ao pensamento e à imaginação, e nenhuma é mais cercada de tabus do que a historiografia profissional – tanto que o chamado “método histórico” consiste em pouco mais que na obrigação de “obter a estória diretamente” [...] e de evitar a qualquer preço tanto a sobredeterminação conceitual quanto o arroubo imaginativo [...]. No entanto, o preço pago é considerável. Ele resultou na repressão do aparato conceitual [...] e na remissão do momento poético da escrita histórica ao interior do discurso (onde ele funciona como um conteúdo não-reconhecido – e, portanto, não-criticável – da narrativa histórica). (WHITE, 1994a, p. 143).

O reconhecimento deste conteúdo “poético” na escrita histórica levou White ao estabelecimento de uma análise tropológica, baseada na análise retórica neoclássica. A partir dos quatro tropos literários que tornam familiar o mundo desconhecido – Metáfora, Metonímia, Sinédoque, Ironia – desdobram-se quatro modalidades possíveis de criação de enredo (romântica, trágica, cômica, satírica), quatro modalidades possíveis de argumento (formista, mecanicista, organicista, contextualista) e quatro modalidades de implicação ideológica (anarquista, radical, conservadora, liberal). (KRAMER, 1992, p. 148). O reconhecimento do tropo literário no qual encontra-se inserida

determinada obra histórica é importante porque, conforme argumenta White, o modo de representação escolhido é também parte constitutiva do conteúdo do discurso, e não apenas de sua forma. (WHITE, 1994b, p. 32). A análise das obras históricas produzidas pelos seus pares poderia, portanto, levar o historiador a questionar e a redimensionar a dimensão literária presente em seu próprio trabalho.

Para o autor, a teoria literária tem uma influência tanto direta quanto indireta para a compreensão da escrita histórica. Sua importância direta liga-se à utilização de algumas teorias gerais do discurso para a análise da escrita histórica e para a identificação de aspectos literários nela presentes. E indiretamente a teoria literária contribui para a escrita histórica no sentido de que algumas de suas categorias conceituais (como as concepções de fala, escrita, discurso e textualidade) permitem *insights* relativos a problemas tradicionais da filosofia da história – como a classificação dos gêneros do discurso histórico, o *status* epistemológico das explicações históricas, e a relação entre interpretação, descrição e explanação no discurso do historiador. (WHITE, 1994b, p. 25-26).

O questionamento quanto ao conteúdo literário presente na historiografia sugere ainda a utilização de novas técnicas discursivas em sua produção. Entretanto, as estratégias explicativas utilizadas pelo historiador devem obedecer ao requisito da plausibilidade, isto é, a narrativa deve ser compreensível no interior da cultura em que o historiador atua. (KRAMER, 1992, p. 147). Através da literatura moderna, sugerem-se formas alternativas de descrever o mundo, usando a linguagem de forma imaginativa. White exorta os historiadores a experimentar novas formas de representação, deixando-se influenciar pela literatura criativa, sem eliminar, entretanto, a necessidade da evidência histórica.

Quais seriam, porém, as novas estratégias narrativas que poderiam auxiliar o historiador em sua tarefa sem que, com isso, o resultado apresente-se descaracterizado como obra histórica? Dominik La Capra aponta como abordagens possíveis a diversificação de algumas convenções narrativas – tais como o ponto de vista unificado, a cronologia e o narrador onisciente. (KRAMER, 1992, p. 161).

Peter Burke, comentarista atento das tendências recentes da historiografia, acredita que as peculiaridades do trabalho histórico determinam que os historiadores resolvam seus problemas “literários” de forma diferenciada dos romancistas, já que sua liberdade criativa encontra limites no próprio acontecer do passado. Segundo ele, os

historiadores teriam que desenvolver “técnicas ficcionais” próprias para suas “obras factuais”. Analisando trabalhos recentes de autores que vêm refletindo sobre esta problemática, Burke reconhece algumas respostas possíveis, tais como a micronarrativa (ligada à microistória), a construção de histórias através de observações pessoais de um único indivíduo ou de um pequeno número de indivíduos, a história contada de frente para trás e uma história que realize em suas páginas uma relação dialética entre estruturas e narrativa. (BURKE, 1992, p. 341-346). Conclui o autor:

Visões retrospectivas, cortes e a alternância entre cena e história: estas são técnicas cinemáticas (ou na verdade literárias) que podem ser utilizadas de uma maneira superficial, antes para ofuscar do que para iluminar, mas podem também ajudar os historiadores em sua difícil tarefa de revelar o relacionamento entre os acontecimentos e as estruturas e apresentar pontos de vista múltiplos. (BURKE, 1992, p. 348).

Para Roger Chartier, a atual discussão acerca do caráter “literário” da escrita histórica traz alguns problemas – ou desafios, como coloca o autor – que dizem respeito ao próprio estatuto de cientificidade do conhecimento histórico. Destaca o autor:

A partir da afirmação, absolutamente fundamentada, de que toda história, qualquer que seja ela, é sempre uma narrativa organizada com base em figuras e fórmulas que as narrações imaginárias mobilizam, alguns concluíram pela anulação de qualquer distinção possível entre ficção e história [...]. A história não traz mais (nem menos) conhecimento verdadeiro do real do que o faz um romance [...]. (1994, p. 109-110).

A partir de tais pressupostos, seria impossível avaliar as obras historiográficas através de critérios epistemológicos, visto que a diferenciação entre quaisquer discursos históricos se daria de acordo com suas propriedades meramente formais. Porém Chartier nos lembra que um dos pressupostos mais caros à história é justamente a ambição do conhecimento e a busca da verdade. Mesmo sem desconhecer o caráter de representação existente em todo o trabalho historiográfico e as inúmeras possibilidades “literárias” de construção deste conhecimento, Chartier destaca aquilo que denomina “dupla dependência” do

historiador: com relação ao arquivo, isto é, com relação aos vestígios documentais nos quais se baseia para contar uma história, e com relação aos critérios de cientificidade e às operações técnicas específicas da disciplina. (CHARTIER, 1994, p. 110). Através destas operações técnicas, o historiador é capaz de estabelecer um conhecimento histórico verdadeiro, comprovável. Caso abandonássemos (segundo alguns) a antiquada intenção de verdade, estaríamos abrindo caminho para falsificações e escamoteando um dos principais papéis sociais do historiador, que é o zelo pela memória e a vigilância sobre a falsidade na história. Resumindo sua posição, o autor coloca que

[...] a história é um discurso que aciona construções, composições e figuras que são as mesmas da escrita narrativa, portanto da ficção, mas é um discurso que, ao mesmo tempo, produz um corpo de enunciados “científicos”, se entendemos por isto a possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitem “controlar” operações proporcionais à produção de objetos determinados. (CHARTIER, 1994, p. 111).

Com isto, Chartier posiciona-se favoravelmente ao uso de composições ficcionais na escrita histórica sem que, no entanto, se abandone a ambição da construção de um conhecimento científico neste domínio. Rompe-se, desta forma, a dicotomia rigidamente estabelecida pelos positivistas no século passado, e o historiador passa a acreditar em sua capacidade de contar uma história de uma maneira que seja tanto agradável quanto fidedigna.

A reflexão acerca das estruturas narrativas utilizadas na composição de obras historiográficas poderá, certamente, auxiliar o historiador em sua tarefa de conhecer e descrever o passado. As formas do discurso incidem sobre o conteúdo destas obras, podendo tornar sua leitura mais fácil, agradável ou clara.

O possível recurso a formas ficcionais para a escrita da história deverá obedecer a alguns critérios impostos pelas especificidades próprias da ciência histórica, tais como a busca da verdade e de critérios metodológicos capazes de desvendar processos históricos complexos. O uso da ficção poderá tornar mais prazerosa a leitura de uma obra histórica; porém esta, ao contrário de uma obra ficcional propriamente dita, encontrar-se-á presa aos limites dos acontecimentos passados. Seu enredo não trará surpresas; afinal, todos conhecem de antemão o seu desfecho.

A forma escolhida, entretanto, poderá deixá-lo mais interessante, atraindo e cativando os leitores.

A relação história/literatura mostra-se, assim, precisamente circunscrita pelos limites impostos por essas disciplinas. Mesmo conservando claramente suas características próprias, é possível estabelecer laços bastante ricos. O recurso à narrativa e a formas literárias de expressão escrita mostra-se, ao final, como uma das muitas possibilidades de elaborar uma história mais agradável, mais prazerosa e mais popular, disseminando-se de forma mais ampla pela sociedade.

Assim podemos concluir que, embora o reconhecimento das estruturas narrativas presentes em sua escrita possa auxiliar o historiador, o alcance da contribuição possível a ser dado pela teoria literária encontra-se delimitado pelas peculiaridades típicas de cada disciplina. Mesmo que recorra a formas ficcionais de escrever história, o historiador continua circunscrito pelo seu compromisso com um passado real, processo concreto que deverá respeitar em sua especificidade.

Referências

- BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1991.
- _____. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: _____. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1992.
- CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. Narrativas e totalidades como problemas na historiografia: um estudo e dois casos. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996. p. 179-188.
- CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.
- HARTOG, François. A arte da narrativa histórica. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; FGV, 1998. p. 193-202.
- HOBSBAWM, Eric. A volta da narrativa. In: _____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 201-206.
- KRAMER, Lloyd S. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominik La Capra. In: HUNT, Lynn (Org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 131-173.
- LE GOFF, Jacques. Prefácio à nova edição. In: _____. (Org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 1-24.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. As figurações do discurso da história. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996. p. 169-178.
- STONE, Lawrence. El resurgimiento de la narrativa: reflexiones acerca de una nueva y vieja historia. In: _____. *El pasado y el presente*. Mexico: FCE, 1986. p. 95-120.
- WHITE, Hayden. As ficções da representação factual. In: _____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da leitura*. São Paulo: Edusp, 1994a.
- _____. Teoria literária e escrita da história. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 21-48, 1994b.

Artigo recebido em agosto de 2006. Aprovado em novembro de 2006.